

Senado corta os gastos em R\$ 51 mi

Sarney e Lula contra excesso de MPs

Busca da harmonia com o Judiciário

O presidente do Senado determinou um corte de R\$ 51,2 milhões no orçamento de custeio e investimento. José Sarney disse ao presidente Lula que o excesso de medidas provisórias é “inaceitável”, com o que Lula concordou. Sarney e Michel Temer visitaram o presidente do STF, Gilmar Mendes. **3**



Sarney visita Lula no Palácio do Planalto e diz que não pode prosseguir o uso de MPS sem urgência e relevância

Roosevelt Pinheiro/ABR

Decisão do STF que abre prova de inquérito divide senadores

Mesquita Júnior e Antonio Carlos Júnior defendem decisão do Supremo que permite acesso de advogados a provas contra seus clientes, mesmo em inquéritos sigilosos. Demostenes Torres afirma que medida pode prejudicar investigações e beneficiar criminosos. **4**

Acordo leva Patrícia Saboya à 4ª Secretaria

Eleição da senadora só ocorreu depois que o PR concordou em deixar com o PDT o último cargo vago de

titular na Mesa. César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata foram eleitos suplentes. **2**



Arthur Virgílio (E) e Patrícia Saboya elogiaram firmeza e empenho de Osmar Dias nas negociações que levaram à eleição

Jonas Pereira

Proposta sobre filantrópicas deve ser votada logo

“Na próxima semana, as comissões do Senado votam meu projeto sobre entidades filantrópicas e o remetem à Câmara”, comunicou o líder do governo, Romero Jucá. Ele disse que os deputados rejeitarão a MP que altera as regras para certificação de filantrópicas, pois ela “perdeu o objeto”. **4**



Jucá: a MP das Filantrópicas perdeu o objeto e, por essa razão, vai cair

J. Freitas

Senado conclui eleição da Mesa diretora: suplências ficam com César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata. "A conciliação foi encontrada como sempre desejei e a Casa deseja", afirma Sarney

Acordo partidário garante escolha de Patrícia Saboya para 4ª Secretária

A SENADORA PATRÍCIA Saboya (PDT-CE) foi eleita ontem para ocupar a 4ª Secretária da Mesa do Senado, após acordo entre o PR e o PDT – partidos que postulavam o cargo – e os líderes do PMDB e do PT.

– A conciliação foi encontrada, como sempre desejei e a Casa deseja – declarou o presidente do Senado, José Sarney, na presidência dos trabalhos.

No ajuste, o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), integrante da base governista que seria indicado para a suplência na vaga que caberia ao PT, abriu mão de sua posição e a cedeu ao PR, que escolheu o senador César Borges (BA) para ocupá-la. O PMDB, por sua vez, concordou em permutar a 1ª suplência, que caberia ao partido, pela 4ª, que seria do PT. A 1ª suplência foi, então, oferecida ao PR.

Dessa forma, foram eleitos, além de César Borges (PR-BA) para a 1ª suplência, os senadores Adelmir Santana (DEM-DF), Cícero Lucena (PSDB-PB) e Gerson Camata (PMDB-ES) para as demais suplências nessa ordem.

Dos presentes, 63 votaram a favor das indicações e três votaram contra.

Durante os debates, o vice-líder do PR, Expedito Júnior (PR-RO), ressaltou que o Regimento Interno do Senado precisa ser modificado para acabar com as dúvidas a respeito do número a ser considerado para o cálculo do coeficiente empregado na divisão dos cargos da Mesa e das comissões temáticas entre os partidos: se o aferido na diplomação ou o número atual de parlamentares. O regimento é ambíguo nesse sentido.

– Está na hora de aprofundarmos a discussão – disse.

Igualdade

Expedito e o líder do partido, senador João Ribeiro (PR-TO), frisaram que o PR nunca reivindicou um cargo que não lhe cabia, argumentando que, levando-se em consideração o número de parlamentares diplomados, o PDT e o PR estavam em igualdade de condições, com quatro senadores cada um. Hoje, mesmo com a filiação de César Borges,

a licença do senador Alfredo Nascimento para assumir o Ministério dos Transportes deixou a bancada com os mesmos quatro senadores, enquanto o PDT tem cinco, a partir da filiação de Patrícia Saboya. Sarney concordou com a observação feita pelos líderes do PR.

– A comissão [de revisão do Regimento Interno] presidida pelo senador Marco Maciel [DEM-PE] levará em conta essas lacunas e vai se dedicar com prioridade à revisão regimental, para que

esses equívocos não sejam mais levantados – afirmou o presidente do Senado.

Osmar Dias (PDT-PR), líder do partido, agradeceu ao PR pela construção do entendimento que permitiu a conclusão da eleição e a posse dos membros da Mesa.

O acordo foi elogiado pelos senadores Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Arthur Virgílio (PSDB-AM), José Agripino (DEM-RN), Aloizio Mercadante (PT-SP) e Ideli Salvatti (PT-SC).



"Estamos diante de um dos melhores Senados da República", diz Mão Santa

Mão Santa afirma confiança na nova Mesa do Senado

Mão Santa (PMDB-PI), eleito para titular da 3ª Secretária da Mesa, expressou sua confiança na Executiva que assumiu os destinos da Casa. Ele elogiou ainda a escolha de duas mulheres para compor a Mesa.

– Quero garantir ao povo do Brasil que estamos diante de um dos melhores Senados da história da República – disse ontem Mão Santa.

O parlamentar enalteceu também a escolha de José Sarney para a Presidência do Senado – uma "figura ímpar, um estadista". E lembrou que foi o primeiro a lançar o nome do colega peemedebista para assumir o cargo.

– Enriquece o Senado Federal e a democracia a eleição do presidente José Sarney – avaliou.

Senadora agradece indicação e elogia Osmar Dias

Ao agradecer a indicação de seu partido, o PDT, para que ela ocupasse a 4ª Secretária da Mesa do Senado, Patrícia Saboya Gomes fez menção especial ao líder da agremiação, Osmar Dias, que se empenhou para garantir a vaga na disputa com o PR.

– O senador Osmar Dias agiu com muita coragem e transparência – disse ela, que também agradeceu ao PR por ter desistido da 4ª Secretária, "em nome do entendimento para compor a Mesa num momento difícil".

Patrícia expressou ainda sua satisfação por ser, ao lado de Serys Slhessarenko (PT-MT), uma das primeiras mulheres a ocupar uma vaga de titular na Mesa.

Parlamentares celebram entendimento

Senadores de todos os partidos elogiaram o acordo entre PR e PDT que possibilitou a indicação da senadora Patrícia Saboya para a 4ª Secretária. Os parlamentares também cumprimentaram os eleitos e apontaram as matérias que devem ter prioridade para votação no Senado.

Marcelo Crivella (PRB-RJ) enalteceu as negociações que permitiram a escolha da senadora pelo Ceará e defendeu a aplicação do mesmo critério da proporcionalidade partidária na distribuição da presidência das comissões.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) considerou muito salutar para a Casa o respeito, no preenchimento da 4ª Secretária, ao princípio da proporcionalidade.

Já Renato Casagrande (PSB-ES) elogiou o PR "por ter compreendido a necessidade do respeito à

proporcionalidade".

José Nery (PSOL-PA) apontou aos novos componentes da Mesa a necessidade de priorizar projetos relativos às reformas política e tributária em tramitação no Congresso.

Mário Couto (PSDB-PA) pediu prioridade para projetos que concedem aumentos salariais para aposentados. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) defendeu também a colocação em pauta de propostas em favor de aposentados e pensionistas.

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) saudou a eleição de Patrícia Saboya, mas ressaltou que a disputa de cargos muitas vezes compromete a imagem do Legislativo perante o povo.

– Esperamos que este momento de discussão de cargos seja esquecido. Afinal, não passamos boa imagem quando

discutimos espaços que podem ser considerados fisiológicos. A boa imagem do Congresso Nacional se recupera com posições afirmativas, com posturas políticas que correspondam às aspirações da população brasileira – afirmou.

Já o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) registrou a atuação de Patrícia Saboya em prol de crianças e adolescentes.

– Parabenizo a Mesa porque temos uma soldada, uma lutadora pelas crianças do Brasil. Talvez pela primeira vez tenhamos na Mesa uma senadora que tem como bandeira as crianças e os adolescentes, e, por consequência, a educação – declarou.

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) saudou a presença de duas mulheres, Patrícia Saboya e Serys Slhessarenko, na composição da Mesa



Patrícia assume cargo na Mesa: entendimento permitiu eleição da senadora

Agenda

Plenário

A sessão não-deliberativa, às 14h, destina-se a pronunciamentos de parlamentares. Entre os inscritos para falar na sessão de hoje estão os senadores Marco Maciel (DEM-PE) e Paulo Paim (PT-RS) e a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A reunião de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Marconi Perillo • Mão Santa

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli
 O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Mikhail Lopes
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Braz Felix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.
 CEP 70165-920

Paim quer falar com Temer sobre propostas para aposentados

Paulo Paim (PT-RS) informou que deverá visitar o recém-eleito presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, acompanhado de alguns senadores que integram a Frente Parlamentar em Defesa dos Aposentados e Pensionistas, para tratar da tramitação de três propostas de sua autoria que beneficiam esses segmentos.

Paim manifestou-se "totalmente favorá-

vel" à decisão anunciada por Temer de colocar as matérias na agenda de votações.

– Já fui membro da Mesa diretora da Câmara junto com Temer e sei que ele é um parlamentar de fino trato, adepto do diálogo. Que cada parlamentar assuma sua posição em relação a essas medidas que atingem cerca de 50 milhões de brasileiros, entre os já aposentados ou que estão por

se aposentar – disse o senador.

Para Paim, a aprovação das propostas sobre aposentadorias (PLS 58/03, PLS 296/03 e PLC 42/07) – já acolhidas no Senado e que dependem de deliberação da Câmara – ajudará o Brasil a lidar com a crise financeira mundial, "uma vez que o dinheiro destinado aos aposentados movimentará a economia".



Gerardo Magela



José Sarney e Michel Temer (C) visitaram ontem o ministro Gilmar Mendes

Sarney ressalta a convivência pacífica com o Poder Judiciário

Os presidentes da Câmara dos Deputados, Michel Temer, e do Senado, José Sarney, visitaram ontem o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes. A visita protocolar assumiu o tom conciliador a que Sarney tem dado ênfase desde que tomou posse. Os três presidentes exibiram um discurso que privilegiou a harmonia entre os Poderes.

Segundo Sarney, a visita é um símbolo da tradição histórica que marca a convivência – pautada pela inexistência de atritos – dos Poderes Legislativo e Judiciário. O presidente do Senado lembrou que foi entregue ao STF a missão de ser o guardião da Constituição, acrescentando que, ao cumpri-la, o Supremo também guarda a ordem jurídica que assegura a convivência democrática no país.

– Acredito que na nossa gestão, minha e do Temer, com o mesmo ponto de vista que ele tem, vamos seguir essa tradição, mantendo uma convivência o mais estreita possível e a harmonia entre os Poderes.

Sarney ressaltou que, no primeiro dia da instalação da nova sessão legislativa, os presidentes do Senado e da Câmara prestavam uma homenagem ao Judiciário. Ele também ressaltou o papel do ministro Gilmar Mendes na Presidência da corte.

Michel Temer destacou que há alguns equívocos em relação ao chamado "ativismo judicial" de que o STF tem sido acusado. Em sua avaliação, o que o Supremo vem fazendo é interpretar o texto constitucional.

– Apanham-se os princípios constitucionais e se faz a interpretação. É claro que a Constituição está dependendo de uma regulamentação. Regulamentado o texto, o STF passará a sustentar e decidir, não só em função da Constituição, mas também em face da regulamentação.

O ministro Gilmar Mendes disse que a relação entre os dois Poderes tem sido marcada pelo entendimento e pela harmonia. Ele acrescentou que o gesto dos presidentes do Senado e da Câmara consolida essa relação.

Medidas proíbem a Gráfica de imprimir trabalhos alheios à atividade parlamentar e suspendem a realização de treinamento de servidores da Casa fora do Distrito Federal

Senado corta R\$ 51,2 milhões em custeio e investimento

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, assinou na noite de terça-feira três atos administrativos determinando a adoção de medidas de contenção de despesas e um corte de R\$ 51,2 milhões no orçamento de custeio (valor gasto com o funcionamento da Casa) e investimento.

De acordo com os atos de Sarney, as medidas adotadas são uma "maneira de adequar o Senado Federal à atual situação econômica e financeira global".

Veja o resumo das medidas:
– a Gráfica do Senado (Secretaria Especial de Editoração e Publicações) fica proibida de imprimir qualquer material não relacionado à atividade parlamentar;

– os órgãos internos são obrigados a fazer os cortes necessários de forma a permitir que a Casa alcance o corte de 10% (R\$ 51,2 milhões) nos orçamentos de custeio e investimento;

– fica suspensa a concessão,

a servidores da Casa, de treinamentos, seminários, congressos e cursos que se realizem fora do Distrito Federal, "considerando a ampla oferta de cursos em especialização e pós-graduação oferecidos em Brasília";

– em nenhuma hipótese serão pagas passagens, diárias ou ajuda de custo aos servidores do Senado pela eventual participação em treinamentos, seminários, congressos e cursos fora do Distrito Federal.

Lula e Sarney concordam que há excesso de MPs

José Sarney foi recebido na manhã de ontem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com quem conversou sobre o excesso de medidas provisórias (MPs) editadas pelo Executivo. Na ocasião, o presidente do Senado considerou "inaceitável" tantas MPs. Lula concordou que há um exagero nessas iniciativas, reconhecendo que é preciso encontrar uma solução para o problema.

As informações foram dadas por Sarney, que pouco depois de chegar do Palácio do Pla-

nalto reuniu os jornalistas que dirigem o Comitê de Imprensa da Casa para uma conversa. Segundo o senador, o recurso governamental da medida provisória, que coloca em vigor decisões administrativas que não se enquadram em situações de urgência e relevância, deixando ao largo as prerrogativas do Legislativo, não pode prosseguir.

– Isso não pode continuar como está. Esse modelo chegou ao fim – disse ele.

Sarney afirmou que deseja manter com o Poder Executivo

uma relação de harmonia e independência, como determina a Constituição brasileira. O senador frisou que, tendo sido eleito com votos de todos os partidos representados no Senado, conduzirá a Casa dentro das regras da autonomia. "Vou separar as relações pessoais das institucionais", anunciou.

Sarney informou que visitará, nos próximos dias, o presidente da Câmara, deputado Michel Temer, e o presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Ubiratan Aguiar.

Mercadante é líder do Bloco de Apoio ao Governo

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) teve seu nome oficializado como líder do Bloco de Apoio ao Governo. A indicação foi lida na Mesa diretora pelo 3º secretário, Mão Santa (PMDB-PI), e estava assinada pelos líderes dos partidos que formam o bloco: PR, PSB, PRB e PCdoB.

Mercadante disse que estará comprometido com o projeto de fortalecer a bancada e concentrar esforços pela redução dos efeitos sociais provocados pela crise internacional. O líder acredita que "o bloco trabalhará unido pela aprovação de projetos de parlamentares e de maté-



Jonas Pereira

Mercadante promete esforço para minimizar impacto social da crise

rias enviadas pelo Executivo que minimizem o impacto social".

– O desemprego é uma gran-

de preocupação. Vamos agilizar projetos e matérias que evitem danos maiores à sociedade – afirmou o senador.

Depois de presidir a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) nos dois últimos anos, Mercadante tem repetido que o Congresso deve fazer a sua parte no esforço conjunto para reduzir os efeitos sociais negativos esperados diante de uma grave crise. O líder disse que "o Senado terá neste ano o papel fundamental de incentivar o debate de temas importantes neste contexto e dar sua contribuição ao país na busca de soluções".



Gerardo Magela



Gerardo Magela

Vários senadores, incluindo o presidente José Sarney, participaram de homenagem aos 80 anos do senador Eliseu Resende (DEM-MG), que serão completados dia 7, sábado. O senador Garibaldi Alves Filho, presente ao evento, completou ontem 62 anos.

Segundo Romero Jucá, autor de proposta, a Câmara receberá já na próxima semana texto que substituirá MP devolvida por Garibaldi Alves ao Executivo

Projeto sobre filantrópicas pode ser votado logo

“NA PRÓXIMA SEMANA, as comissões do Senado votam meu projeto sobre entidades filantrópicas e o remetem à Câmara dos Deputados, para apreciação”, comunicou ontem o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR). Ele também confirmou notícia de que a Câmara rejeitará a medida provisória que altera as regras para certificação de filantrópicas (MP 466/08).

– A MP perdeu o objeto e, por essa razão, vai cair – afirmou.

Em novembro do ano passado, insatisfeito com o excesso de medidas provisórias e com a denúncia de que a MP 466 beneficiaria entidades filantrópicas em situação irregular, o então presidente do Senado, Garibaldi Alves, devolveu a proposta ao Poder Executivo. O argumento era que a matéria não atendia aos pressupostos constitucionais de urgência e relevância, exigidos para a edição de MPs.

Jucá chegou a apresentar recurso – ainda não apreciado – contra a decisão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Paralelamente, o líder do governo apresentou projeto de lei (PLS 462/08) sobre o assunto, que tramita nas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS).

– Meu projeto aperta mais o cerco às filantrópicas, obriga a revisão de todas as concessões já realizadas e amplia a fiscalização – explicou Jucá em entrevista à Agência Senado.

Segundo o líder, o relator do projeto na CAS, Flávio Arns (PT-PR), já está com o relatório pronto para que a matéria entre na pauta de votações.

Para agilizar a análise da proposta, a ideia, conforme Jucá, é até mesmo fazer uma reunião conjunta da CAS e CAE sobre o assunto. O relator na CAE é Valdir Raupp (PMDB-RO).

Romero Jucá explicou que a votação, na Câmara, da MP que trata das entidades filantrópicas é necessária porque, na prática, “Garibaldi não teria devolvido a matéria, mas apenas manifestado a ideia de devolvê-la”.

– A atitude de Garibaldi foi importante porque iniciou um debate importante sobre o assunto.

Na terça-feira, a Secretaria Geral da Mesa do Senado recebeu pedido do órgão congênere da Câmara para que enviasse cópia autenticada da medida provisória àquela Casa.



Jucá: texto obriga a revisão de todas as concessões



Mercadante (D) alerta que Paraguai e Uruguai só discutirão a representatividade no Parlasul se o protocolo for aprovado

Adiada análise da adesão da Venezuela ao Mercosul

O Protocolo de Adesão da Venezuela ao Mercosul será votado no dia 18 de fevereiro pela Representação Brasileira no parlamento do bloco. O adiamento da decisão, antes prevista para ontem, ocorreu por causa da apresentação de um pedido de vista pelo deputado Cláudio Diaz (PSDB-RS), que depois se tornou coletivo.

A aprovação do ingresso da Venezuela, alertou o presidente da Representação, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), vem sendo apontada pelas delegações do Paraguai e do Uruguai como condição para o início da discussão do critério de representatividade no Parlamento do

Mercosul. Os dois países alegam que, sem a presença dos venezuelanos, o Brasil teria um peso grande demais no Parlasul.

Se aprovado pela Representação, o protocolo será ainda apreciado pela Comissão de Relações Exteriores (CRE) e pelo Plenário do Senado. A Câmara acatou a adesão em dezembro de 2008.

Atualmente, cada um dos membros permanentes do Mercosul – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – conta com 18 representantes no parlamento do bloco. Em fase de adesão, a Venezuela tem, no momento, nove parlamentares, com direito a voz, mas não a voto. Já exis-

te uma proposta em tramitação, apresentada pelo deputado Dr. Rosinha (PT-PR), que concede 75 cadeiras ao Brasil, 33 à Argentina, 27 à Venezuela (após a aprovação de seu ingresso), 18 ao Paraguai e 18 ao Uruguai.

Ontem, Dr. Rosinha apresentou seu voto favorável à adesão da Venezuela. Além de “ampliar o protagonismo internacional” do Mercosul, disse o deputado, o ingresso da Venezuela permitiria o aumento das exportações brasileiras para aquele país. Ele discorda do argumento apresentado pela oposição, segundo o qual o regime político venezuelano não pode ser considerado totalmente democrático.

Suplicy e Demostenes discutem refúgio a italiano

No final da reunião preparatória que elegeu os demais membros da Mesa diretora, instalou-se uma discussão entre os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Demostenes Torres (DEM-GO) sobre a decisão do ministro da Justiça, Tarso Genro, de conceder refúgio ao italiano Cesare Battisti, condenado à prisão perpétua na Itália por quatro homicídios.

Suplicy leu em Plenário carta enviada por Fred Vargas – segundo ele, uma das maiores escritoras francesas – ao Parlamento da União Europeia em defesa de Battisti. Esse Parlamento, informou o senador, deliberará hoje, por solicitação do governo italiano, sobre a decisão do ministro.

Na carta, traduzida para o Plenário por Suplicy, a escritora informa que Battisti foi primeiramente condenado a 12 anos de prisão por subversão e porte de armas, crimes que não nega. Fred Vargas, de acordo com o senador, argumenta que, em um segundo processo, que tramitou



Suplicy (foto acima) lê carta em defesa de Cesare Battisti. Demostenes critica a concessão do status de refugiado

de 1982 a 1993, “Cesare Battisti estava ausente e não teve conhecimento nem direito a uma defesa normal”. Ela acrescenta que os acusadores de Battisti “se beneficiaram de redução da sua pena em troca de suas

acusações”.

Demostenes Torres então pediu a palavra e disse que o refúgio concedido ao italiano foi resultado de “uma conjuração petista a favor da concessão de refúgio, capitaneada por uma figura altamente duvidosa, que é o senhor [ex-deputado federal pelo PT-SP Luiz Eduardo] Greenhalgh, advogado que tem se notabilizado por estar enfiado em diversas confusões, principalmente em corrupção”.

O senador disse ainda que “o Brasil está se tornando um local para que aqueles delinquentes que cometeram crimes de sangue possam pedir asilo aqui no país, possam se estabelecer na condição de refugiados”.

Suplicy tentou apartear para contestar as informações, mas o parlamentar de Goiás negou a intervenção, alegando que a reunião preparatória não permitia o debate. Mão Santa (PMDB-PI), que presidia os trabalhos, sugeriu que ambos se inscrevessem para falar na sessão de hoje, e encerrou a reunião.



Para Mesquita Júnior, acesso a provas é princípio consagrado pela Constituição

Senadores divergem sobre acesso a prova de crime

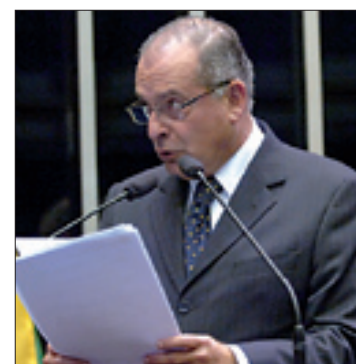
A 14ª Súmula Vinculante, editada pelo Supremo Tribunal Federal para garantir o acesso de advogados a provas já documentadas em inquéritos policiais envolvendo seus clientes, mesmo em investigações de caráter sigiloso, dividiu opiniões no Senado. Enquanto Demostenes Torres (DEM-GO) considerou a iniciativa “um retrocesso”, Geraldo

Mesquita Júnior (PMDB-AC) e Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) disseram que ela é “justa e correta”.

– Permitir ao advogado de um grande traficante ou corrupto o acesso a provas já apuradas, mas ainda insuficientes para a acusação, pode prejudicar as investigações – argumentou Demostenes Torres.

Em sintonia com a decisão do STF sobre o assunto, Mesquita Júnior e Antonio Carlos Júnior acreditam que essa súmula vinculante vem assegurar amplo direito de defesa e de acesso das partes aos autos de inquéritos e processos.

– Trata-se de um direito consagrado pela Constituição – justificou Mesquita Júnior.



Antonio Carlos Júnior diz que súmula garante amplo direito de defesa

Solidariedade ao deputado Adão Preto

Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu aos demais senadores que orassem pelo deputado Adão Preto (PT-RS), submetido ontem a uma cirurgia para a retirada do pâncreas, em Porto Alegre.

Suplicy informou que o depu-

tado é pai de nove filhos e “o membro do Congresso que mais se destacou como solidário ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra [MST]”.

– Então, aqui, o meu pleito a Deus e a todos para que Adão

Preto continue a ser uma pessoa produtiva – disse Suplicy, em nome também de Tião Viana (PT-AC) e Marina Silva (PT-AC).

Mais tarde, uma informação errônea levou Paulo Paim (PT-RS) a anunciar a morte do de-

putado. Em seguida, o senador retificou, explicando que os órgãos estavam paralisados, mas que ele ainda tinha vida. Fátima Cleide (PT-RO) disse esperar um milagre que possibilite a recuperação de Adão Preto.